



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional.

## DA FORMAÇÃO À INSERÇÃO PROFISSIONAL NO INTERIOR DO AMAZONAS: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

RAYANNE ROQUE GAMA<sup>1</sup>

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo debate a relação entre a formação profissional sustentada na direção social da profissão e as demandas do mercado de trabalho, trazendo os desafios vivenciados pelos egressos de Serviço Social no interior do Estado do Amazonas para inserção no mercado de trabalho. A pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo, revelando a predominância do ensino superior privado e a distância. Quanto à inserção profissional, há poucos concursos públicos e, por conseguinte, um número reduzido de profissionais com vínculos estáveis, mas a prevalência de vínculos temporários e instáveis.

**Palavras-chave:** formação profissional; Serviço Social; Amazonas.

### ON TRAINING TO INSERTION PROFESSIONAL AT THE INTERIOR OF THE STATE OF THE AMAZONAS: CHALLENGES FOR SOCIAL WORK

**Abstract:** The article discusses the relation between the professional formation sustained in the social direction of the profession and the demands of the labor market, bringing the challenges lived by the graduates of Social Service in the interior of the State of Amazonas for insertion in the labor market. The research was bibliographical, documentary and field, revealing the predominance of private and distance higher education. With regard to vocational integration, there are few public tenders and therefore a small number of professionals with stable links, but the prevalence of temporary and unstable ties.

**Keywords:** professional training; Social Work; Amazonas.

### I. Introdução

O debate sobre a relação entre formação profissional e mercado de trabalho é necessário no Serviço Social, visto que temos desafios fundamentais: defender o projeto de formação construído coletivamente na década de 1990, formar profissionais aptos a responder de modo qualificado às diferentes expressões da questão social e, ainda, atender às demandas

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. E-mail: <roberta\_ufam@yahoo.com.br>

requeridas pelo mercado de trabalho, sem negar o projeto ético-político profissional que postula o compromisso com as classes trabalhadoras.

O setor público continua a ser o principal empregador dos assistentes sociais, sendo este setor também entrecortado por relações de poder. No cenário atual, marcado por flexibilização das relações de trabalho, nota-se a ascensão de diferentes formas de vínculos empregatícios, inclusive no serviço público, marcados por instabilidade, insegurança, sazonalidade e atrelamento a interesses políticos. Entretanto, dada a retração do mercado de trabalho e o crescimento do número de egressos tanto do ensino superior público quanto privado, muitos profissionais veem-se obrigados a se sujeitar a condições precarizadas de trabalho.

O objetivo deste artigo é discutir a relação entre formação profissional e mercado de trabalho em alguns municípios do interior do Estado do Amazonas. Tal discussão nasce apoiada no projeto de pesquisa “Formação Profissional do Assistente Social no Estado do Amazonas”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conduzido pelo Grupo de Pesquisa “Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia – ESTRADAS”, que realizou pesquisa bibliográfica, documental e de campo nos anos de 2016 e 2017 nos municípios de Coari, Itacoatiara, Manaus, Maués e Parintins, ouvindo diferentes sujeitos envolvidos na profissão: docentes, discentes, egressos, tutores e coordenadores de curso. Para esta discussão, trazemos algumas reflexões construídas a partir das entrevistas realizadas com egressos de Serviço Social formados nas diversas instituições de ensino no Estado do Amazonas.

Construir um debate sobre a formação profissional dialogando com o que os egressos de Serviço Social esperam e vivenciam no mercado de trabalho contribui para a apreciação dos avanços e retrocessos que os assistentes sociais do Estado do Amazonas vêm enfrentando na realidade de um mercado de trabalho neoliberal, marcado pelas relações de poder e pela precarização do trabalho, que põem em desafio o compromisso ético-político da profissão.

## **II. Mercado de trabalho do Serviço Social: crescimento e declínio**

É no contexto de expansão capitalista no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, que se criam as condições para a gênese e a institucionalização do Serviço Social, uma profissão que, segundo Iamamoto (2015), se configura como uma especialização do trabalho, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, participante do processo de produção e reprodução da vida social.

Como profissão reconhecida como socialmente necessária, desde seus primeiros anos no Brasil, os seus egressos têm inserção no mundo do trabalho, seja na esfera pública seja na privada. Tanto nos anos de 1940 quanto na segunda década do século XXI, o estado se mantém como principal empregador da força de trabalho dos assistentes sociais.

No período compreendido entre 1936 (criação da primeira escola de Serviço Social) e 1985 (início da Nova República), o Brasil registra vários avanços no campo dos direitos sociais, como nos evidencia Carvalho (2009), embora também tenhamos vivido nesse ínterim um dos períodos mais duros e amargos de nossa república, que foi a ditadura militar (1964-1985), durante a qual os direitos civis e políticos foram frontalmente atacados. Nesse espaço de quase 50 anos, vemos que o sistema de proteção social brasileiro ainda não dispunha de um aparato tão contundente de defesa dos princípios democráticos e de cidadania como se verá a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A seguridade social desenhada na Constituição Cidadã, assentada nas políticas de saúde, assistência social e previdência social, traz um novo patamar aos direitos sociais e, por conseguinte, às políticas públicas, que dão materialidade a tais direitos. A estruturação de um sistema de proteção nos princípios constitucionais que inclui a educação como direito de todos, que amplia a proteção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência, às crianças e aos adolescentes etc. acaba por demandar um material humano qualificado para planejar, executar e avaliar as políticas públicas, demanda esta que favorece a ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais.

Nas décadas seguintes à promulgação da Constituição Federal vivencia-se um processo de alargamento da proteção social, com a criação das legislações específicas para as diferentes políticas (Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso etc.), as Políticas Nacionais (Saúde do Trabalhador, Assistência Social, Idoso etc.) e dos sistemas de proteção, como o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social. A operacionalização dessa multiplicidade de políticas sociais, por meio das Unidades Básicas de Saúde (com o processo de municipalização da saúde), dos Centros de Referência da Assistência Social, das Delegacias Especializadas e de uma gama de mecanismos são o solo propício para a intensa inserção profissional dos assistentes sociais.

Este processo desencadeado pela Constituição Federal ocorre num contexto histórico muito adverso, pois é justamente a partir dos governos brasileiros dos anos 1990 que se percebe a adoção dos princípios neoliberais, que orientam à redução do protagonismo estatal, à privatização dos serviços, à focalização das políticas sociais. Então, se por um lado a ascensão das políticas públicas parece acenar para a constituição de um sólido aparato social, os últimos anos do século XXI revelam a fragilidade deste castelo de cartas. As sequelas deste processo trazem implicações diretas para os assistentes sociais.

Conforme Iamamoto (2015), as diversas formas de trabalho passam a exigir que os trabalhadores estejam submetidos à racionalidade técnica e econômica na nova lógica capital vigente. O mercado de trabalho passa a exigir da classe trabalhadora mais qualificação, ofertando vagas de trabalho cada vez mais precarizadas com vínculos empregatícios mais fragilizados, o que exclui o número expressivo de trabalhadores do mercado formal. A redução do número de vagas, aliada à retração do Estado sobre as políticas públicas, faz com que a pobreza e a miséria disparem, comprometendo os direitos sociais em todos os âmbitos (IAMAMOTO, 2015).

Nesse cenário, cresce o quantitativo das contratações organizadas no terceiro setor a partir das Organizações da Sociedade Civil, uma vinculação frágil que coloca a profissão numa posição na qual a autonomia torna-se

questionável, na medida em que o profissional fica à mercê daqueles que os contratam.

Para Amaral e Cezar (2009), no contexto no qual o Estado opta por políticas sociais focalizadas no sistema de proteção social surgem diversas frentes de trabalhos, caracterizadas pela subcontratação, contratos temporários, terceirização e crescimento do voluntariado, incidindo no fazer profissional. No caso da intervenção na área das empresas, o objetivo volta-se para a preservação da força de trabalho, com vista a preservar os conflitos que surgem na relação capital-trabalho (AMARAL e CEZAR, 2009). A intervenção do assistente social na reprodução social do mundo capitalista, conforme Amaral e Cézar (2009, p. 4):

Ao interferir diretamente na esfera da reprodução social, os assistentes sociais, na condição de assalariados e submetidos às mesmas condições e relações de trabalho do conjunto dos trabalhadores, definem seus objetivos profissionais, desenvolvem iniciativas e estratégias para responder aos “problemas sociais” postos pelos empregadores.

Dessa forma, os desafios contemporâneos apresentados pelo mundo do trabalho impõem uma série de requisições e dilemas para o processo de formação profissional, que é entrecortado pelos objetivos coletivos traçados no projeto profissional delineado nas Diretrizes Curriculares de 1996, num amplo processo conduzido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (na ocasião ainda era Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS) ao mesmo tempo em que é pressionado pela lógica operacional dominante no mercado capitalista.

### **III. Formação profissional na encruzilhada: entre o mercado e o projeto profissional**

Como fruto das reflexões e do amadurecimento teórico-metodológico-político da profissão, a ABEPSS conduz um amplo processo de discussão e revisão do currículo mínimo do Serviço Social de 1982, que resulta na

formulação das Diretrizes Curriculares de 1996. Pela primeira vez no curso de Serviço Social articula-se o tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo sugerido para os cursos de graduação em todo país. A partir das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (1996), o Serviço Social percebe-se como uma profissão que tem na questão social (que se apresenta por meio das contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista) a centralidade de seu processo de investigação/intervenção.

A formulação das diretrizes – que mudam a lógica curricular do Serviço Social – traz inquietações em relação à pesquisa, compreendida como essencial ao Serviço Social, na medida em que possibilita a compreensão da situação concreta em relação aos fenômenos sociais. Tal perspectiva de relação entre a pesquisa e o trabalho profissional, entre o movimento do pensamento e as demandas que emergem da realidade social, ganha destaque com a aproximação do Serviço Social com o marxismo, que propõe a ruptura com o pensamento conversador e orienta a profissão a apoiar-se na ciência e na racionalidade (SILVA, 2002).

Essa orientação teórico-metodológica conduz a profissão ao entrelaçamento entre um conjunto de capacitações demandadas à formação e ao trabalho profissional, a saber: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Para tanto, é indispensável a adoção da perspectiva de totalidade, com o reconhecimento do processo histórico como totalidade, buscando a investigação sobre a formação histórica e social no país para apreender o significado social da profissão, para assim compreender as demandas vindas da sociedade capitalista vigente, sem perder de vista o código de ética da profissão (ABEPSS, 1996).

Para dar conta dessa formação ampla, as diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) propõem núcleos de fundamentação, que tratam do caráter teórico-metodológico da vida social, fundamentam a formação sócio-histórica do país e fundamentam o trabalho profissional. Desta forma, o Serviço Social pretende construir uma totalidade de conhecimentos que se contextualizam historicamente e se manifestam através de suas particularidades (ABEPSS, 1996).

É indiscutível que o horizonte almejado pelas diretrizes curriculares é rico, múltiplo, amplo, crítico, reflexivo, que objetiva a formação de um profissional propositivo, antenado às demandas sociais, comprometido com as classes trabalhadores e não cooptado pelos interesses patronais. Por isso, não propõe uma formação meramente técnica e instrumentalizada para dar conta das exigências das instituições para admissão dos egressos nos espaços de trabalho. Não! A formação que se aspira é muito mais ampla do que o mercado requisita.

A formação requerida pelo mercado não se sustenta numa perspectiva crítica, mas é orientada por uma razão instrumental, como bem explicitam Guerra (2014) e Chauí (1999). Nessa linha, interessa mais instrumentalizar “para a prática”, para “saber fazer”, numa orientação restrita de que “teoria se aplica”. Com isso, as reflexões que emanam do movimento do pensamento livre e crítico soam como desnecessárias e extremamente abstratas, devendo ser substituídas ou reduzidas para dar lugar a mais espaços de instrumentalização, de “aplicação de instrumentais” úteis ao trabalho profissional. Com isso, vê-se a emergência de diferentes matrizes curriculares que prometem que seus egressos estarão mais preparados para o mercado.

Assim, apesar de termos uma direção social da profissão e diretrizes curriculares coletivamente construídas, não temos uma garantia de que a formação profissional no país caminha na mesma direção, visto que não há obrigatoriedade por parte das instituições de ensino em seguir as diretrizes gerais propostas pela ABEPSS, porque elas não são oficialmente a normativa de direcionamento da formação em todo o país. O currículo oficial, promulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2002, no que se refere às competências e habilidades gerais, desconfigura em vários aspectos essas diretrizes gerais, quando, por exemplo, retira dos objetivos gerais da profissão o compromisso com o Código de Ética Profissional, que é um marco extremamente importante para a afirmação profissional. E flexibiliza o currículo pleno através de oficinas, seminários, estágio e atividades de característica complementar, demonstrando a fragilidade e fragmentação do projeto de formação profissional (IAMAMOTO, 2014).

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil, impulsionado pela demanda do mercado, a educação de modo geral passa a ser enxergada como um mercado agudamente lucrativo. O crescimento dos cursos de Serviço Social no país mostra-se a todo vapor com a virada dos anos 2000, ainda mais com o avanço dos cursos oferecidos na modalidade a distância. Para Pereira (2013), esse crescimento está relacionado essencialmente ao setor privado mercantil, que acaba sendo impulsionado através da ação estatal por meio das políticas educacionais que favorecem o mercado educacional em detrimento do setor público.

#### **IV. Dilemas para a inserção do mercado no interior do Estado do Amazonas**

A demanda do mercado profissional, como citado anteriormente, vem aliando-se à perspectiva do mercado neoliberal instalada no país. A busca por qualificação enche salas de aulas, físicas e virtuais. Conseqüentemente, abarrota o mercado de profissionais que disputam vagas entre si, praticamente em uma cadeia alimentar que massacra àqueles que não atendem as demandas dos grandes contratantes.

As estratégias empresariais gravitam em torno da competitividade, produtividade e principalmente lucratividade. Trucidando os salários, apoiando a flexibilização das leis trabalhistas, privilegiando a terceirização, conseqüentemente criando um enorme exército de reserva.

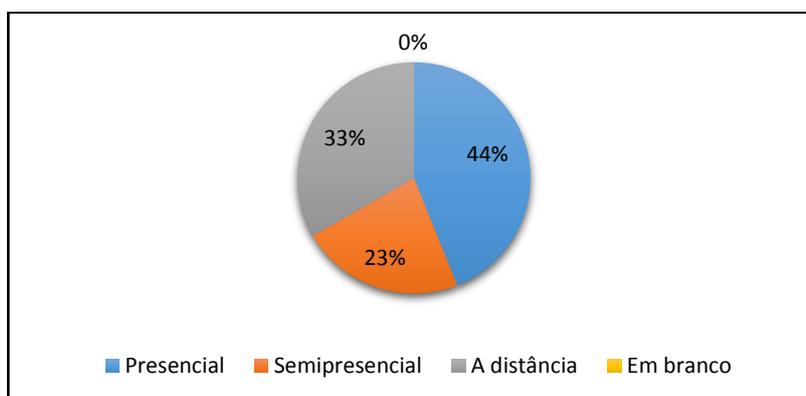
Nesse sentido, o projeto de pesquisa “Formação Profissional do Assistente Social no Estado do Amazonas”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentro de diversos aspectos, preocupou-se com a inserção dos egressos no mercado de trabalho no interior do Estado do Amazonas. Em vários municípios identificou-se um alto índice do ensino de graduação oferecido na modalidade a distância, sob a justificativa da logística dificultada pela distância entre os municípios de modo geral. A pesquisa foi realizada em cinco municípios no Estado do Amazonas,

abrangendo Coari, Itacoatiara, Manaus, Maués e Parintins, com discentes, docentes, tutores, coordenadores de curso e egressos provenientes de universidades, faculdades e centro universitários.

A discussão neste artigo se deterá aos egressos de Serviço Social, que colaram grau entre 2006 e 2017, formados em cursos de graduação em Serviço Social em instituições públicas ou privadas localizadas no interior ou capital do estado do Amazonas. Foram realizadas entrevistas estruturadas em formulários, aplicados por integrantes do Grupo de Pesquisa “Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS), alcançando um total de 323 egressos entrevistados no período entre 2016 e 2017. Vale destacar que o acesso aos egressos deu-se a partir dos ambientes de trabalho, em residências ou indo ao encontro dos egressos nos cursos de pós-graduações na cidade de Manaus.

Em termos de alcance, 41% dos entrevistados são provenientes dos municípios interioranos acima citados e 59% egressos da capital do Amazonas – Manaus. Entre os entrevistados, 72% cursaram a graduação em Serviço Social na modalidade presencial, 14% na modalidade semipresencial e 14% na modalidade a distância. É válido salientar que a referência à modalidade semipresencial foi feita especificamente pelos egressos, que mencionaram frequentar o polo presencial uma vez por semana, considerando tal participação como aula presencial. No interior do Amazonas, o ensino na modalidade EAD prevalece, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1: Modalidade de ensino ofertados dentro do curso de Serviço Social no interior do Estado do Amazonas.



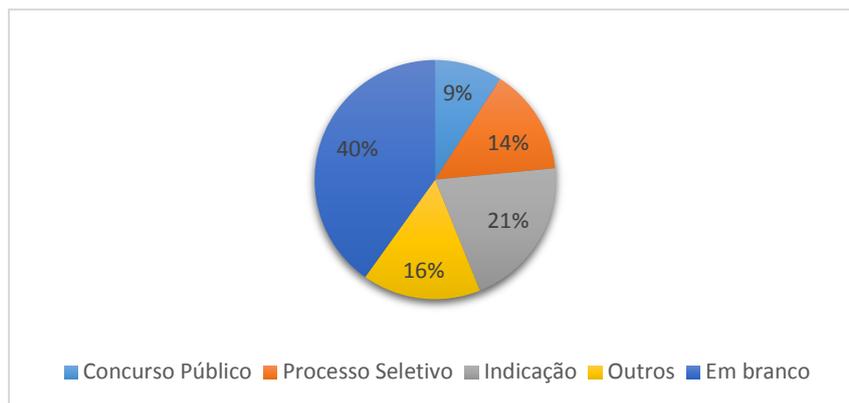
Outro aspecto importante relaciona-se à prevalência dos egressos que cursaram ou cursam algum curso de pós-graduação, considerando que a formação recebida ainda na graduação propiciou o interesse em dar continuidade aos estudos na área do Serviço Social após o curso de graduação. Este aspecto faz-se relevante uma vez que, ao serem questionados sobre as razões da procura por especialização, mestrado ou doutorado, os entrevistados apontam o mercado, a exigência por qualificação e a busca por conhecimento como fatores relevantes para continuação dos estudos.

É válido destacar que, do total de 15 instituições envolvidas, somente 6 têm o caráter universitário, ou seja, que preza pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo somente uma instituição pública. Tal questão é preocupante, porque a formação restrita à sala de aula não permite uma série de vivências importantes e necessárias à formação profissional.

Em relação à inserção no mercado de trabalho como assistente social, há uma disparidade entre interior e capital que se mostra relevante para a presente análise. Observando o geral, 54% dos entrevistados não estão atuando como assistentes sociais. Em relação à capital, o quantitativo nos parece ainda mais assustador, no qual 60% não atuam como assistentes sociais.

Fazendo um recorte dos egressos do interior do Estado do Amazonas, 53% atuam como assistente social, destes, 1% como profissional voluntário. Chama atenção a forma de ingresso nas instituições empregadoras. Conforme o Gráfico 2, logo abaixo, o vínculo institucional demonstra uma possível fragilidade nas relações profissionais, destacando a escassez de concursos públicos específicos à área de Serviço Social no Estado.

Gráfico 2: Forma de ingresso dos assistentes sociais nas instituições de trabalho no interior do Estado do Amazonas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016/2017.

A inserção no mercado de trabalho associada às articulações políticas (que dependem das disputas pelo executivo municipal) está presente de maneira significativa no interior do Estado e na área do Serviço Social. Esse tipo de vínculo institucional gera formas de subcontratações e terceirização que podem proporcionar instabilidade, insegurança e desconforto para o assistente social no seu fazer profissional. Faleiros (1997) destaca que as relações de poder podem comprometer o saber profissional.

No interior do Estado do Amazonas, parte dos profissionais que não atuam no Serviço Social encontra-se concursada em outras áreas, sendo técnicos ou auxiliares, de nível médio. Dentre as respostas mais decorrentes entre os entrevistados está a falta de oportunidade na área do Serviço Social e a falta de concurso na área, fazendo com que o profissional opte pela estabilidade do emprego no qual já estava concursado antes do curso de graduação. Nesse sentido, a fala dos egressos volta-se também para a baixa remuneração do mercado no âmbito na iniciativa privada, não atraindo os novos profissionais.

Quanto aos profissionais que não contam com a estabilidade proporcionada pelos concursos, os profissionais tentam se inserir em áreas que aproximam-se do Serviço Social. Optando por trabalhar como coordenadoras ou gestoras na área social – em alguns casos como tutoras dos diversos polos de educação que não são raros nos municípios – , mas não atuando diretamente como assistentes sociais. Em alguns casos, destacam-se os cursos técnicos, principalmente na área da saúde como radiologia e

enfermagem, que são uma alternativa para aqueles que não encontram espaço no área de interesse. Como forma de denúncia, os egressos alertam sobre a problemática de se ter em cargos públicos pessoas “ligadas à política”, como muitos dizem, quando os cargos deveriam ser preenchidos por meio de concursos públicos.

Entre os profissionais que atuam na capital, também chama a atenção os profissionais que atuam na área administrativa pela estabilidade do emprego. Cabe destacar que muitos egressos, no momento da pesquisa, cursaram ou ainda estavam cursando algum curso de pós-graduação, seja especialização ou mestrado. Este fator deve ser considerado, pois, ao serem questionados sobre o porquê de não estarem atuando profissionalmente, os egressos destacaram de maneira tímida que preferem dar continuidade aos estudos ao invés de inserir-se no mercado. Fator importante, pois ao falar do mercado de trabalho, os entrevistados destacam a importância da titulação para ascender profissionalmente.

Conforme o que foi percebido durante a pesquisa, a formação profissional mostra-se ampla em muitos aspectos, orientando para a leitura da realidade social e a articulação teoria e prática, que pressupõe o contínuo exercício crítico-reflexivo para responder qualificadamente às demandas que se apresentam nos espaços de trabalho. Entretanto, em muitos locais de trabalho, há o reforço à compreensão de que há uma disparidade entre o que se apreende durante a graduação e as demandas reais dos locais de trabalho, remetendo à lógica instrumental que, conforme Guerra (2014), repassa suas teorias e instrumentalização seguindo uma ordem burguesa, colocam em risco o trabalho profissional crítico, propositivo e emancipatório nos espaços socio-ocupacionais.

Dessa forma, os relatos de vários egressos quanto ao mercado de trabalho denotam desestímulo e frustração, seja por não conseguirem se inserir profissionalmente, seja por não conseguirem desenvolver nos espaços de trabalho uma intervenção autônoma, o que contraria as expectativas que foram formadas durante a graduação.

## V. Conclusão

Pela observação dos aspectos mencionados, o que queremos destacar é a forma como as mudanças no mercado de trabalho afetam diretamente o ensino de graduação e o projeto ético-político construído pelo Serviço Social. A racionalidade implementada pelo ideal burguês não corresponde às demandas de luta da categoria profissional. A condensação e o aligeiramento do ensino são marcados pelo apoio governamental, que incentivou a partir dos anos 2000 as empresas educacionais – por meio de programas como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Tal questão é evidenciada pelas legislações que favorecem a criação e a regulamentação das instituições de ensino que ofertam cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social (PEREIRA, 2013).

A categoria profissional por meio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) vem posicionando-se contra a flexibilização do ensino ofertado pelas instituições a distância, contudo, como podemos notar, por meio da pesquisa de campo, o ensino a distância ganha espaço e forma boa parte dos profissionais que atuam no interior e capital do Estado do Amazonas.

Ainda que o maior contratante dos egressos seja o Estado, a fragilidade no vínculo empregatício faz com que a demanda por titulação seja uma constante, inserindo profissionais nos cursos de pós-graduação – no caso do interior, com esmagadora presença das instituições a distância (também para a oferta de pós-graduação). A busca pelos cursos de pós-graduação está ligada à expectativa de inserir-se no mercado de trabalho ou pela pressão nele sentida.

A falta de concursos públicos no interior do Estado do Amazonas é preocupante no sentido de acabar potencializando vínculos empregatícios frágeis, agregados a situações políticas que não deveriam ser habituais no século XXI. Nos concursos a prova de títulos é um fator considerável que irá possibilitar a entrada, ou não, nas instituições públicas. Com isso, as

demandas do mercado de trabalho enchem as salas de pós-graduação na capital do Estado do Amazonas e os polos presenciais no interior, gerando lucratividade para o mercado educacional.

A formação profissional no Estado do Amazonas, que carrega fragilidades em diversos fatores, foi pouco extraordinária no sentido de impulsionar com afinco o interesse pela continuidade nos estudos. A possibilidade de inserção no mercado de trabalho público, por meio de cargos comissionados ou terceirizados, pesa na hora da escolha em seguir na área do Serviço Social e em quais áreas privilegiar nos cursos de pós-graduação.

A fragilidade dos vínculos desgasta o profissional e pode acabar sendo um implicador na tomada de decisões no espaço sócio-ocupacional, delimitando as ações profissionais e adequando estes as requisições das instituições. O contrato profissional acaba sendo selado pelos aspectos políticos ao invés de privilegiar a competência profissional, renovando seus profissionais a cada 2 ou 4 anos, de acordo com a mudança do executivo municipal e até estadual.

O projeto de formação proposto pela categoria profissional encontra dificuldade para ser implementado de maneira plena no Estado do Amazonas. Caminha como uma criança que aprende a andar, às vezes tropeça e encontra obstáculos, mas com o auxílio dos egressos segue caminhando rumo à melhoria.

Debater sobre a formação profissional é uma estratégia que abre espaço para a modificação e enfrentamento das reformas pela qual o ensino – em todos os níveis de formação – vem passando no Brasil. Não podemos esgotar o tema formação profissional no Estado do Amazonas neste artigo, pois as demandas apontadas pelos egressos tomam dimensões que exigem um debate maior, tendo muito a dizer sobre o tema, deixando lacunas a serem preenchidas e encaradas por meio de pesquisa, debate, investigação e intervenção. A melhoria do ensino não deve ser calada pelo mercado de trabalho, deve ser aprimorada dentro das instituições de ensino, instigando os discentes, docentes e profissionais a lutarem pela qualidade do ensino.

## **REFERÊNCIAS**

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. Novembro, 1996. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em 12 jun. 2018.

AMARAL, Ângela Santana do. CEZAR, Mônica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009.

CARVALHO, Clarice da Costa. **Serviço Social e privatização do ensino: a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata mineira**. 2009. Dissertação (Mestrado Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

CHAUI, Marilena de Souza. A Universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélgio. (Org.). **Universidade em ruína: República dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e o poder institucional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.120, p. 609-639, out.dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 26. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 55-73. (Coleção Nova de Serviço Social).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.